



**Aprovo.**

O Presidente

Professor Rogério Colaço

**INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO**  
**Núcleo de Compras e Aprovisionamento**

**Programa de Procedimento**

**Concurso Público (JOUe) n.º 03/2025/IST/NC/SP**

**Aquisição de equipamentos para computação**

Julho 2025

### **Artigo 1.º Objeto e identificação do procedimento**

1. O presente procedimento tem por objeto a formação de um contrato de aquisição de bens, designadamente para “Aquisição de equipamentos para computação”.
2. Nos termos do regulamento (CE) N.º 213/2008 DA COMISSÃO de 28 de novembro de 2007, na sua redação atual o presente objeto tem o código CPV 48820000-2 Servidores.
3. O procedimento pré-contratual reveste-se da modalidade de Concurso Público, escolhida nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e tramitado nos termos do artigo 130º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
4. Todas as comunicações inerentes ao procedimento pré-contratual decorrem na plataforma eletrónica de contratação pública “AcinGov” (<https://www.acingov.pt>).

### **Artigo 2.º Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante, nos termos da al. d) do n.º 1 do art.º 2.º do CCP, é o Instituto Superior Técnico, com o NIPC: 501507930, sito na Avenida Rovisco Pais, 1049-001 Lisboa, com o número de telefone (+351) 218 417 000, sendo o procedimento realizado pelo Núcleo de Compras com o endereço eletrónico [nca@tecnico.ulisboa.pt](mailto:nca@tecnico.ulisboa.pt), com o telefone (+351) 218 419 716.

### **Artigo 3.º Órgão competente para a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada, pelo Presidente do Instituto Superior Técnico, Senhor Doutor Professor Doutor Rogério Anacleto Cordeiro Colaço, no uso de competência subdelegada, cujo despacho foi proferido pelo Reitor da Universidade de Lisboa, Senhor Professor Luís Ferreira, pelo Despacho n.º 8114/2024, publicado no Diário da República n.º 140/2024, Série II, de 22 de julho de 2024.

### **Artigo 4.º Esclarecimentos e erros e omissões**

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 50.º do CCP, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

2. O júri do procedimento prestará os esclarecimentos solicitados até ao final do segundo terço do prazo estabelecido para a apresentação de propostas, nos termos da delegação de competências efetuada aquando da decisão de contratar pelo órgão competente.
3. Dentro do prazo previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia -se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, nos termos do artigo 50.º do CCP, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
4. Nos termos do nº 8 do artigo 50.º do CCP, os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica “AcinGov” (<https://www.acingov.pt>) e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
5. Nos termos do nº 9 do artigo 50.º do CCP, os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

### **Artigo 5.º Concorrentes**

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
2. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
3. Os concorrentes poderão apresentar livremente proposta ao número de lotes pretendido, não havendo limitação quanto ao número de lotes adjudicado por operador económico.

### **Artigo 6.º Documentos que constituem a proposta**

1. A proposta a apresentar deverá ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, de acordo com o modelo em vigor do **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, conforme nº 6 do artigo 57º do CCP (<https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>) [de acordo com as instruções do Anexo A ao presente Programa].

- b) Declaração de aceitação do Caderno de Encargos em conformidade com o modelo constante do **Anexo I ao presente Programa**, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
  - c) Documento intitulado [Proposta\_CONCORRENTE], em que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução constantes no Caderno de Encargos, contenha os atributos da proposta de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar, conforme modelo constante no **Anexo IV ao presente Programa**.
  - d) A proposta deverá ainda ser instruída, sob pena de exclusão, com fichas de catálogo ou *link* que permita a aferição técnica dos bens propostos;
  - e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta on-line, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
  - f) Declaração do concorrente assegurando o fornecimento de equipamentos novos e com garantia direta do fabricante;
  - g) Declaração do fabricante exprimindo conhecimento da solução proposta, bem como da obrigação de suporte da mesma;
  - h) Documento que evidencie certificação Blue Angel, Nordic Swan, EPEAT, TCO certified, o Rótulo Ecológico da UE, ou equivalente dos equipamentos propostos;
  - i) Procuração com Delegação de Poderes para intervir no procedimento, se aplicável;
  - j) Documento com as especificações técnicas dos dispositivos de armazenamento flash;
  - k) Documento com as especificações técnicas do(s) CPUs;
  - l) Documento com as especificações técnicas das placas de rede e chipset.
2. Para além dos documentos mencionados, no caso de apresentação de proposta ao Lote 5, deverão ser apresentados, sob pena de exclusão:
- a) Documento com as especificações técnicas das placas e processadores Gráficos;
  - b) Documento com as especificações técnicas dos chassis com especial atenção à distribuição de energia, configuração e número de fontes de alimentação;
  - c) Documento com as especificações técnicas referentes à refrigeração da máquina.

3. O concorrente poderá ainda apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para a análise e avaliação da sua proposta.
4. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, admitindo-se que os documentos previstos no número anterior sejam redigidos em língua inglesa.
5. O concorrente fica ainda obrigado a proceder ao preenchimento do Formulário da Proposta e dos restantes campos assinalados como obrigatórios na plataforma eletrónica de compras “AcinGov”.
6. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável.
7. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
8. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

#### **Artigo 7.º Prazo e modo de apresentação das propostas**

1. As propostas devem ser apresentadas até às 23h59 do 33.º (trigésimo terceiro) dia contado a partir do envio do Anúncio para os serviços da publicação Oficial da União Europeia.
2. Os documentos que compõem a proposta deverão ser apresentados diretamente através da plataforma eletrónica “AcinGov”, disponível em <https://www.acingov.pt>.
3. A submissão da proposta só deverá ter lugar após o completo preenchimento do formulário principal, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 70º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
4. As propostas assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos representantes legais, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
5. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato “ZIP” ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, sob pena de exclusão, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.

6. Nos casos em que o certificado digital não permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do nº 7 do artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.

### **Artigo 8.º Prazo de manutenção das propostas**

Nos termos do artigo 65.º do CCP, os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

### **Artigo 9.º Idioma das Propostas**

1. Todas as propostas e documentos que a integrem, deverão ser redigidas em língua portuguesa.
2. Os documentos referentes a atributos e termos ou condições da proposta, podem ser apresentados em língua inglesa, sem necessidade de tradução.
3. Sem prejuízo do previsto no número anterior, todos os documentos, que, por sua natureza, sejam originalmente redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução para português devidamente certificada.

### **Artigo 10.º Propostas variantes**

No presente procedimento não é admitida a apresentação de propostas variantes ou condicionadas.

### **Artigo 11.º Agrupamentos**

1. Os concorrentes podem apresentar-se individualmente ou em agrupamento, sem que exista qualquer modalidade jurídica de associação, sendo todos os membros de um agrupamento concorrente solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes individualmente no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

3. Em caso de adjudicação, todos e apenas os membros do agrupamento concorrente devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, com responsabilidade solidária, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe de consórcio, único e comum interlocutor responsável perante a entidade adjudicante, devendo ser-lhe conferidos no mesmo ato por procuração, os poderes a que referem as alíneas a), b), c), d) e e) do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

### **Artigo 12.º Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas**

1. No dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica.
2. Aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar.

### **Artigo 13.º Análise das propostas**

O júri do procedimento procede à análise das propostas submetidas, propondo a não admissão daquelas em que se verificar algum dos motivos de exclusão previstos no n.º 2 do art.º 146.º do CCP ou no presente Programa.

### **Artigo 14.º Esclarecimentos Sobre as Propostas**

1. O Júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os concorrentes obrigam-se a prestar os esclarecimentos solicitados no prazo que lhes seja fixado pelo Júri.
3. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante da respetiva proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a

constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão.

4. Os esclarecimentos prestados devem ser juntos ao processo e disponibilizados na plataforma eletrónica, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse facto.
5. O júri do procedimento concede um prazo de 5 (cinco) dias úteis para suprimento de irregularidades formais das propostas, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do art.º 72.º do CCP.

#### **Artigo 15.º Avaliação das propostas e critério de desempate**

1. O júri procede à avaliação das propostas admitidas através da aplicação do critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 74º do CCP.
2. A densificação do modelo de avaliação de propostas encontra-se no Anexo III ao presente Programa.
3. No caso de empate entre as propostas, as mesmas serão desempatadas com recurso às pontuações obtidas nos subcritérios dos seguintes fatores:
  - a) 1.º critério de desempate – **Preço contratual proposto como o 1º critério de desempate em todos os lotes**, independente da sua submissão a concorrência;
  - b) 2.º - critério de desempate – Prazo de entrega dos bens.
4. Subsistindo o empate entre propostas, realizar-se-á um sorteio presencial, nas instalações da entidade adjudicante.
5. A não comparência ou a recusa de algum dos concorrentes em participar no sorteio não invalida a realização do mesmo, sendo representado elemento do júri que presidir à sessão.
6. O júri do procedimento convoca os concorrentes cuja avaliação da proposta tenha resultado em empate, com 2 (dois) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora e local onde se realizará o ato de sorteio, através da plataforma eletrónica onde decorre o procedimento.

#### **Artigo 16.º Negociação e leilão eletrónico**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação ou leilão eletrónico.



### **Artigo 17.º Relatório Preliminar**

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 146.º do CCP, o júri do procedimento elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõem a admissão e exclusão de propostas, bem como a ordenação das propostas admitidas.
2. Do relatório preliminar consta ainda a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos previstos no artigo 72.º do CCP.

### **Artigo 18.º Audiência Prévia**

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri do procedimento notifica o mesmo a todos os concorrentes para que se pronunciem, por escrito, sobre o mesmo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do art.º 147.º do CCP.

### **Artigo 19.º Relatório Final**

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri do procedimento elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as pronúncias dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de quaisquer motivos de exclusão.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri do procedimento procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final de avaliação das propostas, juntamente com os demais documentos que compõem o processo, é enviado pelo júri do procedimento ao órgão competente para a decisão de contratar.

### **Artigo 20.º Causas de não adjudicação**

1. Não há lugar a adjudicação quando:
  - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
  - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;

- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
  - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos é notificada em simultâneo a todos os concorrentes.
  3. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

### **Artigo 21.º Decisão de adjudicação**

1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificar os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica os adjudicatários para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente Programa.

### **Artigo 22.º Documentos de habilitação**

1. Nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração do Anexo II do CCP, em conformidade com o **Anexo II ao presente Programa**;
  - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta on-line, de que não se encontra nas seguintes previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º, nomeadamente:
    - i) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
    - ii) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
    - iii) Certificado de registo criminal da empresa, bem como, certificado de registo criminal de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou

gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

- c) Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.

2. Todos os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
3. Nos termos do n.º 10 do artigo 81.º do CCP, caso o fornecedor se encontre registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado (disponível em: [www.pnfe.impic.pt](http://www.pnfe.impic.pt)), não se torna necessário a apresentação dos documentos de habilitação previstos na alínea b) do n.º 1 do presente artigo, devendo, em sua substituição, submeter documento indicando os dados de acesso/consulta no referido Portal.
4. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. No caso de se verificarem irregularidades nos documentos de habilitação apresentados que levem à caducidade da adjudicação, será concedido um prazo de 3 (três) dias úteis para a respetiva supressão.

### **Artigo 23.º Prestação de caução**

Nos termos da al. a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP, o presente procedimento não prevê prestação de caução anteriormente à celebração do contrato.

### **Artigo 24.º Caducidade da Adjudicação**

1. Sem prejuízo de outros motivos previstos na lei, ou no presente Programa do Procedimento, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário:
  - a) Não apresentar os documentos de habilitação nos prazos fixados ou não apresentar os mesmos em língua portuguesa ou em tradução legalizada;
  - b) Falsificar qualquer documento de habilitação ou prestar de forma culposa falsas declarações, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal;

- c) Não celebrar e remeter o contrato no prazo estabelecido pelo órgão competente, nos termos legal e regulamentarmente aplicáveis;
  - d) Qualquer outro motivo previsto legalmente.
- 2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade nos termos do número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

#### **Artigo 25.º Aceitação da minuta do contrato**

- 1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
- 2. A minuta do contrato é enviada para aceitação ao adjudicatário, considerando-se a mesma aceite quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

#### **Artigo 26.º Reclamações contra a minuta**

- 1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

#### **Artigo 27.º Outorga do contrato**

- 1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
  - b) Apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos;
  - c) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades, se for o caso.
2. O órgão competente para a decisão de contratar envia ao adjudicatário a versão digital do contrato, para que o mesmo seja assinado e remetido, em suporte e por meios digitais, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

### **Artigo 28.º Dever de colaboração**

1. O IST pode solicitar, por escrito, aos concorrentes quaisquer informações complementares que julgue necessárias para efeitos do disposto nas presentes normas.
2. Os concorrentes devem, por escrito, fornecer as informações no prazo razoável que lhes for fixado.

### **Artigo 29.º Contagem de prazos**

Todos os prazos indicados no presente Programa cumprem o disposto no artigo 470.º do CCP.

### **Artigo 30.º Encargos**

Constituem encargos do concorrente o pagamento de todas as despesas inerentes à elaboração do objeto do presente procedimento e do adjudicatário relativas à celebração do contrato.

### **Artigo 31.º Foro Competente**

Para todas as questões emergentes do procedimento pré-contratual será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, nos termos do nº 1 do artigo 19º da Código de Processos nos Tribunais Administrativos, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Artigo 32.º Direito aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se especialmente o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação em vigor.

## **Anexo A**

### **Instruções relativas ao Documento Europeu Único de Contratação Pública**

A apresentação do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) é obrigatória nos termos do n.º 6 do art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Conforme informação disponibilizada pelo IMPIC, I.P.<sup>1</sup>, o DEUCP poderá ser obtido em português através das plataformas indicadas no Portal dos Contratos Públicos, nomeadamente em <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>. Acedendo às referidas plataformas, deverá o operador indicar “*Sou um operador económico*” e selecionar “*Importar um DEUCP*”, efetuando o *upload* do ficheiro XML disponibilizado junto às peças do procedimento.

O XML disponibilizado encontra-se pré-preenchido pela Entidade Adjudicante, carecendo o mesmo de preenchimento dos restantes dados pelo operador económico, devendo o mesmo ser entregue em formato PDF, assinado com recurso a assinatura eletrónica qualificada, juntamente com os documentos que constituem a proposta.

---

<sup>1</sup> Organismo responsável pela regulação dos contratos públicos, nos termos do artigo 454.º-A do CCP.

## ANEXO I

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

***[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do presente Programa]***

1 - \_\_\_\_\_(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> \_\_\_\_\_ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> \_\_\_\_\_ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(4)</sup>].

- 
- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



## **ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO**

### ***[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]***

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser

Consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local)... (data)... [assinatura (5)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

### ANEXO III – MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

As propostas serão avaliadas segundo o critério de adjudicação na modalidade multifator, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo considerados os seguintes fatores, por lote:

Lote	Fator	Ponderação
Lote 1, 2 e 5	Quantidade de servidores	95%
	Prazo de Entrega	5%
Lote 3 e 4	Preço	65%
	Memória RAM Instalada	30%
	Prazo de Entrega	5%

Cada proposta admitida será avaliada de forma independente e por lote, sendo atribuída uma pontuação entre 0 e 100 para efeitos de ordenação.

#### **Avaliação do Lote 1, Lote 2 e Lote 5**

A pontuação atribuída por cada proposta no Lote 1 corresponderá à aplicação da seguinte expressão matemática:

$$P_{total} = 0,95 \times P_{Quantidade} + 0,5 \times P_{entrega}$$

Em que:

$P_{total}$  = pontuação global da proposta;

$P_{Quantidade}$  = pontuação obtida no fator Quantidade de servidores de acordo com cada lote;

$P_{entrega}$  = pontuação obtida no fator Prazo de entrega.

#### **Avaliação do Lote 3 e Lote 4**

A pontuação atribuída por cada proposta no Lote 3 corresponderá à aplicação da seguinte expressão matemática:

$$P_{total} = 0,65 \times P_{preço} + 0,30 \times P_{RAM} + 0,05 \times P_{entrega}$$

Em que:

$P_{total}$  = pontuação global da proposta;

$P_{preço}$  = pontuação obtida no fator Preço;

$P_{RAM}$  = pontuação obtida no fator Memória RAM instalada de acordo com cada lote;

$P_{entrega}$  = pontuação obtida no fator Prazo de entrega.

### Avaliação dos fatores

O modelo de avaliação de propostas será aplicado aos atributos de cada proposta, mediante a densificação dos fatores por lote anteriormente apresentada. Assim, a concreta avaliação de cada fator, por lote, será efetuada nos termos do presente capítulo. Todos os fatores serão pontuados entre 0 e 100.

- **Fator Preço**

A pontuação obtida no fator preço será atribuída mediante a aplicação da expressão matemática:

$$P_{preço} = \begin{cases} \left(1 - \left(\frac{V - 0,375 \times B}{0,625 \times B}\right)^2\right) \times 100, & V \geq 0,50 \times B \\ 100 - \frac{8 \times V}{B}, & V < 0,50 \times B \end{cases}$$

Em que:

$P_{preço}$  = pontuação no fator preço;

$V$  = Preço contratual proposto para o lote;

$B$  = preço máximo admitido para o lote;

- **Fator Quantidade de servidores**

A pontuação obtida no fator Quantidade de Servidores será atribuída mediante a aplicação da seguinte expressão matemática, cujos pressupostos por lote serão:

**Lote 1**

O critério Quantidade de servidores ( $P_{\text{quantidade}}$ ) terá em conta a quantidade de servidores proposta para fornecimento no item 1 do Lote 1. A pontuação será atribuída neste critério de acordo com a seguinte equação:

$$P_{\text{quantidade}} = \frac{e^{\frac{x-20}{20}} - 1}{e - 1} \times 100, \text{ onde } \{20 \leq x \leq 40 \text{ e } x \text{ é par}\}$$

Em que  $x$  representa o número de servidores propostos para fornecimento na proposta em avaliação, só sendo considerados números par de servidores.

**Lote 2**

O critério Quantidade de servidores ( $P_{\text{quantidade}}$ ) terá em conta a quantidade de servidores proposta para fornecimento no item 1 do Lote 2. A pontuação será atribuída neste critério de acordo com a seguinte equação:

$$P_{\text{quantidade}} = \frac{e^{\frac{x-18}{18}} - 1}{e^{\frac{11}{9}} - 1} \times 100, \text{ onde } \{18 \leq x \leq 40 \text{ e } x \text{ é par}\}$$

Em que  $x$  representa o número de servidores propostos para fornecimento na proposta em avaliação, só sendo considerados números par de servidores.

**Lote 5**

O critério Quantidade de servidores ( $P_{\text{quantidade}}$ ) terá em conta a quantidade de servidores proposta para fornecimento no item 2 do Lote 5. A pontuação será atribuída neste critério de acordo com a seguinte equação:

$$P_{\text{quantidade}} = \frac{e^{\frac{x-2}{2}} - 1}{e^4 - 1} \times 100, \text{ onde } \{2 \leq x \leq 10\}$$

Em que  $x$  representa o número de servidores propostos para fornecimento na proposta em avaliação.

- **Fator Prazo de Entrega**

A pontuação obtida no fator Prazo de Entrega será atribuída mediante a aplicação do seguinte conjunto ordenado:

Prazo proposto (dias)	Ponderação
Até 30	100
Entre 31 e 60	50
Entre 61 e 80	25
Entre 81 e 100	0

Notas:

- a) nos termos do art.º 471.º do CCP os prazos relativos à execução do contrato são contabilizados em dias corridos;
- b) caso existam prazos diferenciados para diferentes componentes e/ou item, será considerado o maior prazo referido;
- c) A não apresentação do prazo de entrega dos bens resultará na não admissão da proposta.

- **Fator Memória RAM Instalada**

**Lote 3 e 4**

A pontuação obtida no fator  $P_{RAM}$ , no qual se avalia a quantidade e a capacidade, mantendo todas as outras propriedades do componente memória instalada, descritas no anexo de especificações técnicas (tais como: a velocidade de acesso de 6400MT/s e com código de correção de erros ECC), será atribuída mediante a aplicação do seguinte conjunto ordenado:

Quantidade de DIMMs	Capacidade dos DIMMs	Memória instalada	Pontuação
8	32 GB, 6400MT/s, ECC	256 GB	0
12	32 GB, 6400MT/s, ECC	384 GB	10

16	32 GB, 6400MT/s, ECC	512 GB	30
8	64 GB, 6400MT/s, ECC	512 GB	50
12	64 GB, 6400MT/s, ECC	768 GB	80
16	64 GB, 6400MT/s, ECC	1024 GB	100

**ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA**

[a que se refere a al. c) do n.º 1 do art.º 6.º do Presente Programa]

\_\_\_\_\_ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de \_\_\_\_\_ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara que a sua representada \_\_\_\_\_ no âmbito do procedimento de... \_\_\_\_\_ (designação ou referência ao procedimento em causa), apresenta proposta aos seguintes lotes:

- [identificar lotes a que apresenta proposta];

Declara ainda que se dispõe a executar o(s) contrato(s) a celebrar de acordo com as seguintes condições:

[preencher apenas os lotes a que apresenta proposta, apagando os restantes]

Lote 1	
Preço contratual Proposto	...€
Quantidade de servidores	
Prazo de entrega	

Lote 2	
Preço contratual Proposto	...€
Quantidade de servidores	
Prazo de entrega	

Lote 3	
Preço contratual Proposto	...€
Memória RAM Instalada	
Prazo de entrega	

Lote 4	
Preço contratual Proposto	...€

Memória RAM Instalada	
Prazo de entrega	

Lote 5	
Preço contratual Proposto	...€
Quantidade de servidores (item 2)	
Prazo de entrega	

Aos valores apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor de \_\_\_\_ *[preencher taxa aplicável ou discriminar as várias taxas aplicáveis]* %.

... (local),... (data),... [assinatura].

Nota: O presente modelo de apresentação proposta deverá ter aposição de assinatura digital qualificada nos termos previstos no presente programa.